

The background image shows a crowded favela street. Buildings are constructed with corrugated metal and blue tarps. A large group of people is gathered, some wearing green shirts. The scene is overlaid with semi-transparent green geometric shapes.

AGENDA **CAXIAS** 2030

Democratizar a política
e movimentar a cidade

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Lopes, Daniela da Silva
Agenda Caxias 2030 : democratizar a política e
movimentar a cidade / Daniela da Silva Lopes. --
Rio de Janeiro : Associação Casa Fluminense, 2022. --
(Agendas locais 2030 ; 1)

Vários colaboradores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-997879-1-1

1. Agenda 2030 para desenvolvimento sustentável
2. Democracia 3. Desenvolvimento sustentável -
Aspectos econômicos 4. Economia 5. Organizações
da sociedade civil I. Título II. Série.

22-113501

CDD-330.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Sustentabilidade econômica da sociedade :
Economia 330.9

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**“Enquanto o Estado nos destina violência e caminhos de
morte, nós revidamos com ideias e caminhos de vida”**

Vitor Lourenço
Coordenador de desenvolvimento territorial do Nós em Movimento
e membro do Movimenta Caxias

SUMÁRIO

EIXOS

APRESENTAÇÃO

06

EIXO 1

DIREITOS HUMANOS
E SEGURANÇA PÚBLICA

12

SE LIGA NO PROCESSO
POPULAR DE
CONSTRUÇÃO DA
AGENDA CAXIAS

10

DUQUE DE CAXIAS,
A CIDADE

11

EIXO 2

EDUCAÇÃO
E CULTURA

20

EIXO 3

COMBATE À FOME
E A POBREZA

28

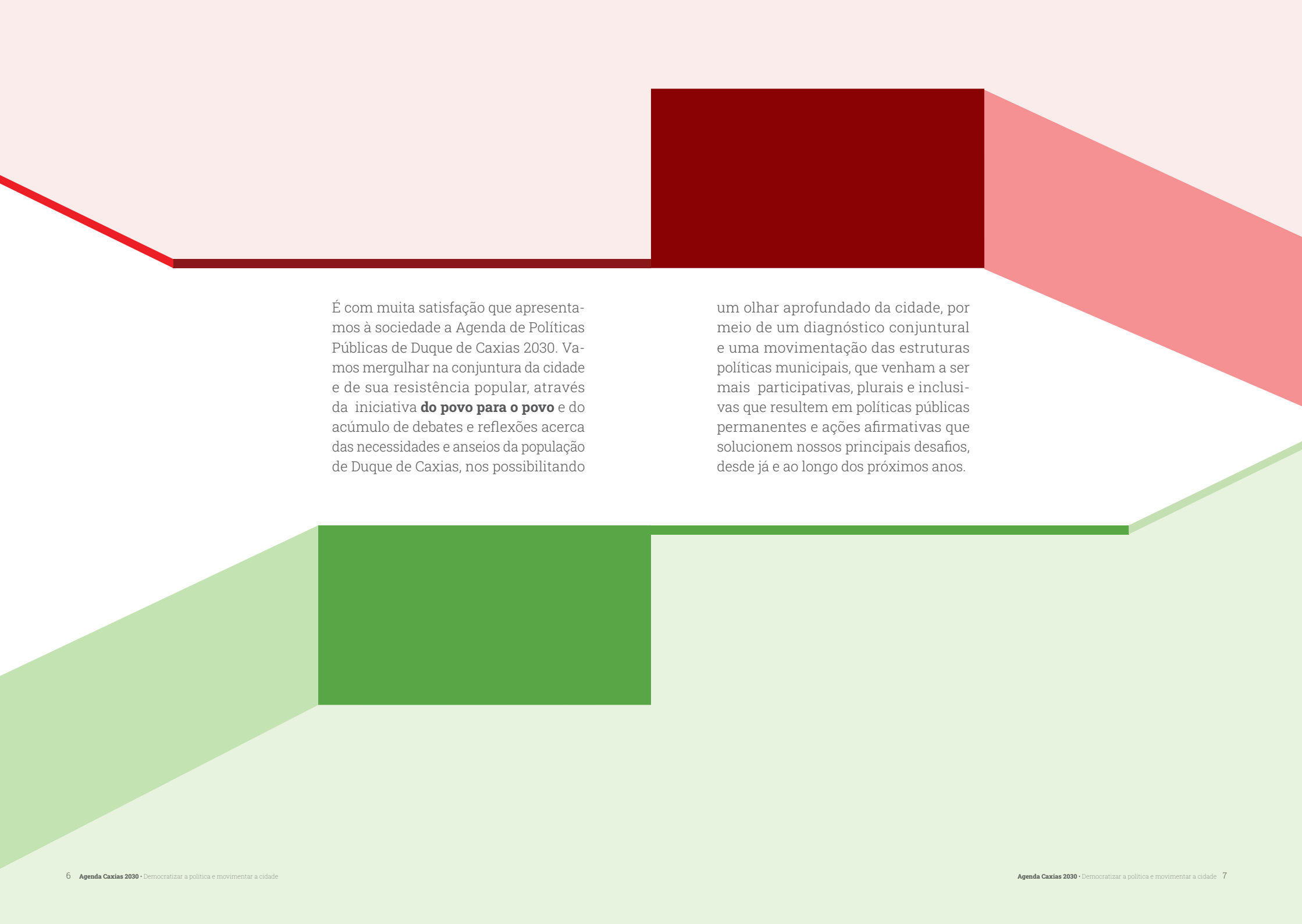
FOTOS
COMPLEMENTARES

42

EIXO 4

MEIO AMBIENTE,
SANEAMENTO E
DESENVOLVIMENTO
URBANO

34



É com muita satisfação que apresentamos à sociedade a Agenda de Políticas Públicas de Duque de Caxias 2030. Vamos mergulhar na conjuntura da cidade e de sua resistência popular, através da iniciativa **do povo para o povo** e do acúmulo de debates e reflexões acerca das necessidades e anseios da população de Duque de Caxias, nos possibilitando

um olhar aprofundado da cidade, por meio de um diagnóstico conjuntural e uma movimentação das estruturas políticas municipais, que venham a ser mais participativas, plurais e inclusivas que resultem em políticas públicas permanentes e ações afirmativas que solucionem nossos principais desafios, desde já e ao longo dos próximos anos.

E O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS?

De forma simplificada, políticas públicas são planos, projetos, ações e metas que as esferas governamentais constroem, com objetivo de alcançar o bem-estar da sociedade suprimindo as necessidades e interesses públicos. A partir disso, os núcleos de base territorial de Caxias, refletiram a necessidade da garantia dos direitos fundamentais à população, e apontaram a urgência em romper com as estruturas de apagamento histórico perpetuadas na região. Repensar a história da Baixada Fluminense e de Caxias, pela ótica do protagonismo popular e da resistência, gerando um contra caminho, onde os sentimentos de identidade e pertencimento possibilitam a reestruturação da relação da

população com o território. É preciso considerar que o processo de elaboração da Agenda foi totalmente atravessado pela pandemia de covid-19 no Brasil, pelo agravamento e agigantamento da desigualdade social derivada disso. Devemos ressaltar também, a ausência, insuficiência e dificuldade em acessar, apesar da Lei de Acesso à Informação¹, dados estatísticos específicos sobre os eixos trabalhados na Agenda. Acreditamos na construção da Agenda sob a perspectiva instrumental de direcionar positivamente as futuras candidaturas ao executivo e legislativo em Duque de Caxias.

¹ Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

MAS O QUE A GENTE PRETENDE?

A Agenda Caxias 2030 de políticas públicas, tem como objetivo central a construção e o fortalecimento do **Protagonismo Popular** na elaboração de propostas e nos processos de tomadas de decisões políticas que provoquem a ampliação e o monitoramento de políticas públicas para a cidade de Duque de Caxias, sob a perspectiva internacional de segurança humana², de proteção do indivíduo e das comunidades. **Pretendemos com a documentação conjuntural e às propostas deste trabalho, provocar a racialização do debate acerca das estruturas e políticas, com a consciência**

de que não avançaremos socialmente a respeito do que quer que seja, sem encarar uma reflexão e uma revisão profundas e honestas no que tange à raça e toda a herança colonialista na sociedade brasileira.

² Conceito Internacional surgido no pós-guerra fria e melhor delimitado a partir de 1995, com fins de proteção da vida, considerando: a fome, as doenças, a habitação, a falta de acesso à educação e emprego, exposição à violência, repressão e falta de liberdade humana.

SE LIGA NO PROCESSO POPULAR DE CONSTRUÇÃO DA AGENDA CAXIAS

A Agenda Caxias de Políticas Públicas 2030 é resultado da parceria entre o Movimenta Caxias que é um coletivo fundado em 2017 por moradores dos 4 distritos de Duque de Caxias, que desejavam melhorar a cidade, juntamente com um de seus principais projetos, que é a Câmara Popular de Duque de Caxias (CAPOP), que visa aproximar a população da construção das Políticas Públicas pelo fortalecimento dos núcleos de base nos territórios protagonizando as tomadas de decisões e a Casa Fluminense, que constrói coletivamente políticas e ações públicas para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Diante disso, o processo de construção da Agenda Caxias, começou em janeiro de 2022, paralelamente ao início das atividades da Câmara Popular de Duque de Caxias, de suas comissões, reuniões ordinárias, encontros com a sociedade civil organizada, com as instituições e os núcleos territoriais dos vereadores populares, onde foram desenvolvidos debates temáticos horizontais sobre o panorama das políticas da cidade. O resultado desse processo foi um diag-

nóstico amplo e profundo a respeito das necessidades dos territórios dos 4 distritos do município. Consideramos coletivamente como prioritários para o desenvolvimento social de Caxias, 4 eixos com apresentação de conjuntura e propostas de ações que promovam impactos relevantes na cidade, que são: Segurança Pública e Direitos Humanos, Educação e Cultura, Combate a Fome e a Pobreza, Meio Ambiente, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, foram debatidos metodologicamente em: 3 reuniões ordinárias, atreladas às comissões da CAPOP, 2 audiências pública popular, 3 encontros com representações e a população de Caxias, sobre os eixos supracitados, reuniões periódicas semanais de articulação entre a Câmara Popular, o Movimenta Caxias e a Casa Fluminense

DUQUE DE CAXIAS. A CIDADE

Duque de Caxias é o 34º maior município do estado do Rio de Janeiro, com 467.319 Km² e a população é estimada em 929.449 pessoas, de acordo com o IBGE, 2021. É também o 3º município mais povoado do Rio de Janeiro, possuindo um PIB per capita de R\$ 49.295,46 (IBGE, 2019) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) do município foi de R\$2.965.728.823,04 em 2021. De acordo com o IBGE, a população de Caxias é majoritariamente negra e de mulheres com renda de, aproximadamente, 2 salários mínimos. A proximidade da cidade com a capital Rio de Janeiro, estimula a vasta estrutura industrial e comercial de Caxias que também possui, uma das principais refinarias de petróleo do país em seu território, a Reduc (Refinaria de Duque de Caxias) potencializa economicamente a cidade, principalmente por gerar o pagamento de royalties do petróleo.

Entretanto, este grande poder de geração de renda não viabiliza um retorno consistente para os moradores da cidade que sofrem com políticas públicas ineficientes e precarizadas, não garantindo os direi-

tos fundamentais da população. Tudo isso propicia o baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) de Caxias, que ocupa o 49º lugar com indicador de 0,711, entre os 92 municípios do Estado, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A maioria da população se concentra no primeiro e segundo distritos da cidade (IBGE, 2010), o que incide diretamente na distribuição de políticas e equipamentos públicos, determinando presença e ausência de investimentos que configuram uma égide desigual, perpetuando estigmas e comprometendo o desenvolvimento social pleno. Segundo o IBGE, o município conta com apenas uma área rural, o Amapá, mesmo tendo grande parte de seu território fora do contexto urbano.

EIXO 01.

DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA PÚBLICA



EIXO 01.

“Os mecanismos de controle social e seus instrumentos violentos sobre alvos nítidos e recorrentes, delimitam quem pode sonhar e quem deve apenas lutar para sobreviver”

Daniela Lopes
Líder comunitária do Complexo da Mangueirinha
e vereadora na Câmara Popular de Duque de Caxias

PRESTA ATENÇÃO!

Em meio a conjuntura de políticas públicas de segurança no Estado do Rio de Janeiro, a Agenda Caxias, propõe uma construção ampliada das políticas de segurança, com atuação direta da sociedade dentre a ótica das liberdades fundamentais no que tange a ação das polícias e o acesso à justiça, em detrimento a perpetuação de erros históricos estruturais e estruturantes atravessados por projetos de segurança que não dialogam previamente com os territórios mais vulneráveis, suas vivências e necessidades, evidenciando contextos imagetivamente coloniais que tem no corpo negro e favelado os alvos a serem abatidos. Refletir Segurança Pública longe da ótica dos Direitos Humanos na atualidade nos afasta de um conceito social pleno que fortalece a cidadania no sentido de uma sociedade efetivamente democrática.

Duque de Caxias possui uma herança cultural

de resistência, mas também de opressão por parte de um Estado escravagista, que desde a colonização criminaliza corpos negros e pobres, marcando o território da Baixada por violações, estigmas e lutas que forjam o cenário político e social que possuímos. Em nossa região existiu o quilombo **Hídra do Iguaçu**³, considerado pela égide racista europeia da época, o principal problema de segurança pública do governo brasileiro por quase 100 anos.

Iniciar a pauta de Direitos Humanos fundamentando a origem do processo da criminalização de negros e pobres em nossa sociedade, ajuda a compreender a deficiente organização política na segurança pública de um Estado que foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos⁴ (CIDH), pelo caso da favela Nova Brasília, no qual 26 pessoas foram assassinadas durante operações policiais em 1995 e 1996 e que volta a viver episódios semelhantes e ainda mais letais, como as chacinas do Jacarezinho e da Baixada, ambas com 29 mortes provocadas por agentes de segurança, oficial e não oficialmente. Durante a pandemia por covid-19, em 6 de maio de 2021, a favela do Jacarezinho foi palco da operação mais letal cometida por forças policiais (polícia civil), na capital do Rio

de Janeiro com 29 mortos, sendo em número, compatível com a chacina da Baixada, quando também 29 pessoas foram assassinadas em 31 de março de 2005, em diversos pontos de Nova Iguaçu e Queimados. por policiais militares à paisana insatisfeitos com o endurecimento em alguns batalhões.

Pouco mais de 1 ano após o massacre no Jacarezinho, em 24 de maio de 2022, o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), em conjunto com a Polícia Rodoviária Federal e a PM do Rio, realizou uma ação na comunidade da Vila Cruzeiro, no Complexo de favelas da Penha, deixando 23 mortos e 7 feridos, sendo considerada a 2ª operação policial mais letal da história do Rio de Janeiro que enquanto Estado, nas últimas décadas, vem reproduzindo politicamente, caminhos de violência extrema em nada eficazes no combate a criminalidade e direcionados apenas a territórios específicos, soando como instrumentos de dessocialização e dominação da população dessas localidades e afastando a passos largos a segurança pública das estratégias efetivas de desenvolvimento social do estado.

A dita "guerra às drogas" e o avanço das mili-

cias, vão costurando esse complexo e caótico cotidiano, no qual segundo a pesquisa Mapa dos Grupos Armados do Rio de Janeiro de 2020, a atuação e poder das milícias já é maior do que o de todas as outras facções criminosas do Rio, controlando cerca de 41 bairros da capital fluminense com população estimada em mais de 2 milhões de pessoas.

As Milícias têm sua história originada na década de 1950 com a criação do "Grupo de Diligências Especiais"⁵ popularmente conhecido como "Esquadrão da Morte", que a partir dos anos 70 serviu de modelo para a configuração desses grupos tal como conhecemos hoje.

A compreensão das relações históricas desse contexto, é fundamental para a compreensão da segurança pública em todo o Estado e influencia diretamente os espaços e disputas de poder, atravessando processo de construção, execução e gestão das políticas públicas em geral, comprometendo o acesso da população aos seus direitos.

Em junho 2020, o Ministro Edson Fachin do Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu por liminar a realização de operações policiais em favelas durante a pandemia, (ADPF n°635⁶ ou "ADPF das Favelas"), apesar disso, em janeiro de 2022

a Baixada teve registrado um aumento de 8,6% ou o mesmo que 439 pessoas assassinadas pela polícia por auto de resistência. Após 22 meses de implementação da liminar, o Instituto Direito à Memória e Justiça Racial, (DMJR), identificou cerca de 1107 operações policiais ocorridas apenas na Baixada Fluminense, nestas operações 127 pessoas morreram e 290 ficaram feridas e ou baleadas. **Duque de Caxias tem seu território atendido pelo 15º Batalhão de Polícia Militar.**

Março de 2022 se apresentou como o mês com o maior número de operações registradas na região da Baixa-

da, desde 2020. Ao todo foram 121, sendo mais da metade destas perpetradas pelo 15º BPM que realizou 61 operações.

Essa dinâmica violenta interfere na qualidade de vida e desenvolvimento social, econômico e político dos territórios. Em maio de 2022, o Complexo de Favelas da Mangueirinha no bairro Centenário, 1º distrito da cidade, teve o Centro de Referência da Assistência Social da localidade, CRAS Centenário, retirado de

dentro da comunidade por ter sua localização considerada de extremo risco dentre os fatores de violência urbana. Segundo pesquisa do Instituto Fogo Cruzado, do dia 1 de janeiro até 10 de abril de 2022 foram registrados na Região Metropolitana do Rio, aproximadamente, oito tiroteios por dia.

Nesse contexto de violências e violações, precisamos destacar um dos casos mais emblemáticos do município, ocorrido em 4 de dezembro de 2020, quando ocorreu a brutal morte de **Emily Victoria da Silva, de 4 anos,**

"Caxias também se mostra um território muito hostil para as mulheres com estatísticas alarmantes de violência."

e Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, de 7 anos,

baleadas enquanto brincavam na porta de casa na comunidade Barro Vermelho no bairro Pantanal. As primas, Emily e Rebecca foram alvejadas pelo mesmo tiro de fuzil, que testemunhas afir-

³ formação quilombola da Hidra de Iguaçu, cujo nome fazia alusão à mitologia da Hidra de Lerna, uma serpente de muitas cabeças.

⁴ A CIDH é um órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA) que busca promover e proteger os direitos humanos em todo o continente americano.

⁵ Toledo, Diego de Figueiredo. Fernandes, Igor Brasil. Carvalho, Lucas Caetano. Carvalho, Lucas Teixeira de. Sá, Vinicius Vieira. MILÍCIAS NO RIO DE JANEIRO: ascensão, consequências e meios para diminuir a sua força. Jornal Eletrônico Faculdades Integradas Vianna Júnior, 2017.

⁶ Decisão liminar de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental/ ADPF n° 635 que diz sobre as restrições à realização de operações policiais nas comunidades do Estado do Rio de Janeiro durante o período da pandemia pelo STF. Necessidade de comunicação e justificativa da excepcionalidade da medida ao Ministério Público.

mam ter sido efetuado por uma viatura que se encontrava na localidade na ocasião. Porém, a PM alega que policiais do 15º Batalhão realizavam patrulhamento na região, mas que não teriam efetuado nenhum disparo.

Até o presente momento, 1 ano e 6 meses após a morte das crianças, o inquérito ainda está sob sigilo, sem identificar e oferecer denúncia contra suspeitos e sem conclusão.

O racismo religioso perpetuado por ataques violentos aos terreiros e ameaças constantes aos religiosos de matriz Africana, fazem de Caxias, o município com maior concentração de casos de intolerância religiosa⁷ na Baixada Fluminense.

Caxias também se mostra um território muito hostil para as mulheres com estatísticas alarmantes de violência.

O número de feminicídios na cidade, nos últimos 4 anos até 2020, foi em média de 23,5 (Instituto de Segurança Pública- ISP-RJ), sendo primordial ressaltar que o perfil das vítimas de feminicídio do ano de 2020 foi de 74% de mulheres pretas. No mesmo ano, Caxias foi a 3ª cidade com mais registros de ocorrência na Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM) no Estado. Em um país em que a cada 7 horas uma mulher é assassinada em razão de ser mulher, há a urgência da construção de políticas com vistas à equidade de gênero no município, com

protagonismo para a rede de enfrentamento e atendimento especializado às mulheres em situação de violência de Duque de Caxias, na perspectiva da garantia de acesso aos 4 distritos, já que os serviços de acolhimento às mulheres de Caxias, se encontram em maioria no 1º distrito. Vale dizer que Duque de Caxias possui um **Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM)**, proposto e elaborado pela sociedade civil organizada através do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias, aprovado pela Câmara Municipal de Caxias, para adequação, pela L E I N° 2.764 de 4 de abril de 2016, que traça estratégias e metas de políticas para as mulheres **mas que não tem sido minimamente cumprido desde sua aprovação.**

A discussão sobre políticas de gênero precisa ser estendida à população LGBTQIA+, como forma de buscar a afirmação do direito à diversidade e da garantia de um estado democrático em profundidade de Direitos Humanos. De acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 175 pessoas trans foram assassinadas em 2020 no país, o que coloca o Brasil no topo do ranking desse tipo de crime. Deve-se destacar as dificuldades de acesso a dados sobre a violência destinada a população LGBTQIA+ em Duque de Caxias e na região da Baixada

Fluminense como um todo, no sentido de reiterar que a invisibilidade das violências sofridas se transforma em ausência de políticas específicas para essa parcela da população, é uma revitimização na qual o algoz é o Estado. Precisamos lutar contra os **índices alarmantes de violações de direitos humanos** em nossa cidade e em todo o Rio De Janeiro, rompendo com a lógica do confronto e do encarceramento, para que o papel do Estado de garantir a proteção da população e de seus direitos, promovendo inclusão e justiça social, seja efetivamente fortalecido.

⁷ Duque de Caxias concentra o maior número de denúncias de preconceito religioso entre os municípios da Baixada Fluminense, de acordo com o último relatório da CPI da intolerância Religiosa da Alerj. O levantamento indica que, dos 37 casos na região em 2021, mais de 50% aconteceram na cidade.

O QUE A GENTE PRECISA PARA AVANÇAR:

1 **Plano de construção de diagnósticos sociais sobre violência no Município** - geração e sistematização de dados sobre a violência em Duque de Caxias, envolvendo diversas secretarias municipais e provocando interlocução com o Estado, promovendo a geração e sistematização de estatísticas de violência com dados específicos e recortes de raça, gênero, território e faixa etária.

2 **Monitoramento quantitativo e suporte qualitativo acerca dos equipamentos públicos municipais afetados em seu funcionamento por conta dos desdobramentos da violência na cidade:** contadores municipais públicos que gerem o registro, a notificação e a interlocução dos canais do Ministério Público, da Defensoria Pública, com as secretarias estaduais pertinentes, sobre a interrupção dos serviços nas áreas mais expostas a contextos de violência, como operações policiais, objetivando a otimização do funcionamento dos equipamentos e minimizando o desperdício do gasto público.

3 **Elaboração de uma cartilha a ser trabalhada com o público infante juvenil nas escolas municipais, com vistas a orientação, contendo instituições e legislação de acolhimento e proteção aos direitos do cidadão:** trabalhar na rede municipal de ensino os canais de denúncia, acolhimento e proteção da população, de maneira facilitada, com linguagem e formato compatível à faixa etária do público, objetivando integridade de crianças e adolescentes, principalmente das localidades mais expostas a violência, multiplicando as informações nos núcleos familiares e comunitários por parte das mesmas.

4 **Acompanhamento dos números de atendimento de saúde relacionados a doenças ocasionadas ou agravadas por estresse em contextos de insegurança:** monitoramento do aumento de casos e agravamento de doenças como: diabetes, hipertensão e doenças psíquicas na rede de atenção básica de saúde das áreas onde há maior incidência de operações policiais a fim da construção de políticas sanitárias multissetoriais de acolhimento a essa população que gerem impacto direto no desenvolvimento social e econômico das comunidades e de toda a cidade.

5 **Elaboração de conjunto de ações atreladas ao cumprimento do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM):** cumprimento das metas e prazos estabelecidos nos eixos do PMPM que refletem a movimentação do Fórum Municipal dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias, sendo adequado pela lei Nº 2.764 de 2016.

6 **Pagamento de auxílio emergencial a órfãos de feminicídio menores de 18 anos, cuja família que assuma a guarda tenha renda per capita de 1/2 do salário mínimo:** pagamento de auxílio emergencial no valor de 1 salário mínimo aos órfãos do feminicídio menores de 18 anos, cuja a família que assuma a guarda, tenha renda per capita de até 1/2 do salário mínimo, tendo as condições socioeconômicas avaliadas a cada 2 anos para manutenção ou não do recebimento que poderá ser acumulado com recebimento de programas e benefícios de transferência de renda como auxílio Brasil e benefício de prestação continuada (BPC), respeitando o limite per capita citado.

7 **Esforço e interlocução do Município com o Estado para que o 15º Batalhão de Polícia Militar tenha câmeras instaladas nos uniformes de seus policiais** buscar interlocução entre as esferas municipais e estaduais, com objetivo de que o 15º Batalhão de Polícia Militar seja incluído com celeridade no que prevê a Lei sancionada pelo governador Cláudio Castro, em 2021, que equipa os uniformes dos policiais militares com câmeras de monitoramento, com vistas à proteção da população e dos próprios policiais.



EIXO 02.

EDUCAÇÃO E CULTURA

EIXO 02.

“Os mecanismos de controle social e seus instrumentos violentos sobre alvos nítidos e recorrentes, delimitam quem pode sonhar e quem deve apenas lutar para sobreviver”

Maria Chocolate
Centro cultural comunitário Chocobim, biblioteca MANNs
e vereadora na Câmara Popular de Duque de Caxias

EDUCAÇÃO E CULTURA PARA QUEM?

A precarização de políticas públicas e a dissonância com a realidade e as necessidades de Caxias no que tange educação e cultura, são perpetuadas pela institucionalização de práticas políticas paternalistas e pouco eficientes que propiciam e fortalecem os mesmos cenários pouco evolutivos que intensificam a desigualdade em nossa região. **Negros e mulheres, maioria populacional em Duque de Caxias, que são profundamente afetados pela falta de investimento em políticas horizontais e inclusivas de educação e cultura.**

EDUCAÇÃO

Tendo como base o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2007, que avalia o estudante nos anos finais de cada ciclo, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental,

com indicador de 1 a 10, que mede a qualidade do aprendizado, observamos que Caxias, em 2020, teve índice de 4,7 % nos anos iniciais do Ensino Fundamental, ficando bem abaixo da média nacional de 5.9 e de 3.8 nos anos finais, contra a média nacional de 4.9. Já a taxa de abandono escolar nos anos Iniciais do Ensino Fundamental em Caxias, é de 3.0, sendo a média do Estado, de 1.2 (2020). Segundo dados do Censo Escolar (2021), no município, 47% das escolas não possuem biblioteca, ficando a cargo das bibliotecas comunitárias existentes nos 4 distritos da cidade, a resistência para o acesso à leitura. Uma demanda frequente na educação do município e que afeta diretamente a dinâmica de obtenção de renda das famílias, em grande parte constituídas por mulheres e crianças, é **a dificuldade das mães em conseguirem vagas em creches para os seus filhos de 0 a 4 anos.** O acesso a essas unidades é realizado através de um sistema de sorteio que evidencia a não existência de vagas para todas as crianças. Se em algumas localidades faltam vagas, em outras nem creche existe, como em Jardim Gramacho, por exemplo, sendo esta uma demanda urgente de impacto profundo

em todas as regiões da cidade.

A dificuldade se estende às idades escolares acima de 6 anos que sofrem para conseguir vagas nas escolas e com o transporte escolar. Falta uma política que facilite o acesso e a permanência dos alunos nas escolas perpassando pela garantia do transporte escolar e agilidade na emissão dos passes e acesso ao uniforme desde o primeiro dia letivo, uma vez que as empresas de ônibus negam o embarque do aluno sem passe ou não-uniformizado.

Os problemas de Caxias, em relação à pauta da Educação, aumentaram no período de isolamento social, um exemplo disso são as informações presentes em uma ação civil da **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, pela Vara Cível da Comarca de Duque de Caxias, em junho de 2020, na qual consta que o governo municipal, ofertou em substituição a merenda escolar, o valor de R\$50,00 por aluno matriculado na rede pública. O pagamento seria disponibilizado através do aplicativo telefônico Picpay, porém é sabido que nem todas as famílias e alunos possuem acesso a aparelho telefônico e internet, tendo o método escolhido se mostrado um fator dificultante para a garantia da segurança alimentar dos alunos, visto que muitas crianças não receberam o dinheiro.

A ação civil pública usou referências inclusive das manifestações dos movimentos populares, como as imagens da projeção no teatro Raul Cortez, de protesto do Movimento Caxias sobre a merenda, em 2020. **O**

município foi condenado a fornecer, em um prazo de 48 horas, o “Kit Merenda” que é uma espécie de cesta básica correspondente ao número de refeições normalmente realizadas na escola, para todos os alunos que não foram alcançados pelo pagamento do Picpay, sob pena de multa de R\$10.000,00 diários, caso os apontamentos não fossem cumpridos, ou o bloqueio dos recursos provenientes do PNAE, disponíveis ao município, se as multas não fossem pagas. A condenação previa também a ampla divulgação da política adotada mas **o governo de Duque de Caxias, recorreu da decisão** e como o processo ainda está em grau de recurso, a condenação não foi executada. O processo de repasse desse valor da merenda foi desigual e pouco eficaz.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), com a suspensão das aulas presenciais, aproximadamente 70.000 crianças e adolescentes que estudam na rede pública municipal e correspondem acerca de 7% da população de Caxias, ficaram sem a alimentação escolar diária. Para muitas crianças, as instituições de ensino são muitas vezes a única garantia de alimentação adequada.

Precisamos emergir o debate e provocar o envolvimento de toda a sociedade a respeito dos dados insatisfatórios sobre a educação em Duque de Caxias. A cidade possui o Conselho Municipal de Educação desde julho de 1997 e também o Núcleo Caxias do Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação, desde 1979, legitimando e

organizando a luta da categoria no município. Diante da movimentação a respeito da educação em Caxias, devemos nos atentar para o atual processo de reforma curricular da educação, que se dá a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no sentido das disputas de formação relacionadas ao perfil dos alunos, para que não reforcem a lógica neoliberal conservadora que tem sido imposta à educação brasileira, especialmente, a partir de 2018.

CULTURA

Na pauta da Cultura, Caxias possui um traçado histórico popular muito rico nos diversos segmentos e em todo seu território, que impulsiona as ações e organiza a sociedade civil na disputa por seus direitos, apesar de todos os desafios impostos pela falta de incentivo às políticas públicas de cultura no Município. Duque de Caxias possui um Conselho Municipal de Cultura desde a década de 1970⁸ e foi o primeiro Município da Baixada a ter uma Secretaria de Cultura, no ano de 1991. O debate e articulação sobre as políticas públicas de cultura se intensificam a partir de 2004 com o primeiro Fórum Municipal da pasta que é fundamental para o cenário de resistência da atualidade. É assustador pensarmos que metade das cidades da Região

⁸ Marques, Alexandre. POLÍTICAS DE CULTURA EM DUQUE DE CAXIAS – 3- HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO: <https://lurdinha.org/site/politicas-de-cultura-em-duque-de-caxias-3-historico-de-mobilizacao/>

Metropolitana do Rio de Janeiro não possuem salas de cinema ou que uma cidade do tamanho de Duque de Caxias, concentre suas poucas grandes salas de cinema no shopping center da cidade, no primeiro distrito.

Falamos de cultura neste período pandêmico de isolamento social, é sobretudo, ressaltar a luta de uma categoria que foi extremamente vulnerabilizada diante dos desafios e limites que foram impostos aos seus profissionais que se articularam pela garantia de repasse de recursos, dando origem a Lei Aldir Blanc (LAB), lei nº14.017, de 29 de junho de 2020 que “dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante a situação de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, que destinou no mesmo ano o valor de 3 bilhões de reais a serem repassados aos estados e municípios, para serem aplicados em ações de apoio ao setor pelos poderes executivos locais. **Os profissionais de cultura da Baixada Fluminense e de todo o estado do Rio, tiveram papel importante na movimentação popular que provocou a formulação da Lei Aldir Blanc.**

O processo de repasse orçamentário disponibilizado pela LAB, em Caxias, foi conduzido sob muita luta, principalmente pela

sociedade civil organizada através do Fórum e Conselho Municipal de Cultura, processo este, que foi facilitado pela movimentação que já existia no Conselho, nos últimos dois anos anteriores à pandemia. Naquele período, havia sido criada uma comissão específica para tratar da gestão do fundo de cultura a partir da desburocratização e elaboração de editais de repasse, vale dizer que **Caxias possui o “CPF da Cultura”, ou seja, Conselho, Plano municipal e Fundo de cultura, todos garantidos por lei.**

Como em todo o país, o setor cultural da cidade foi uma

das categorias mais afetadas pelo isolamento social imposto pela pandemia. Nesse sentido, o Conselho Municipal de Cultura passa a, junto dos profissionais dos variados segmentos culturais articulados em toda a Baixada Fluminense que elaboram uma carta para ser entregue a Alerj e aos secretários municipal e estadual de cultura, um caminho que também estava sendo percorrido por outros municípios do Rio, na tentativa de provocar o planejamento de uma ajuda estruturada aos artistas do Rio.

A partir disso, o Conselho passa a movimentar o Fórum de Cultura para que em paralelo às discussões iniciais do que viria a ser a Lei Aldir Blanc, fosse construído o 1º edital emergencial que utilizaria o Fundo Municipal de Cultura de Caxias. Esse edital foi lançado em julho de 2020, antes mesmo que os repasses da LAB chegassem a Caxias, sendo o prêmio Paulo Ramos a primeira ação de repasse financeiro nesse período, da categoria. Todo esse processo facilitou a construção dos editais que viriam com a Aldir Blanc. O Fórum Municipal de Cultura passa então a cadastrar os profissionais do setor, sendo seguido pela Secretária Municipal de Cultura de Duque de Caxias, para que fosse fomentada uma articulação mais profunda da categoria e houvesse diálogo

Caxias possui o CPF da cultura, ou seja, Conselho, Plano Municipal e Fundo de cultura, todos garantidos por lei.

acerca das necessidades e especificidades desses segmentos, resultando em editais amplos, inclusivos e diversos que atendessem efetivamente os eixos culturais, como aconteceu. A luta atual da cultura, em âmbito nacional, é ter as Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2, aprovadas pela Câmara dos Deputados e Senado, e sancionadas pela presidência.

Todo esse histórico de resistência, possui expressões de diversos âmbitos que fazem parte do cenário cultural e da essência dos moradores de Duque de Caxias, compostos em grande parte por nordestinos, negros e mulheres.

Bons exemplos das iniciativas culturais da cidade são: o Gomeia Galpão Criativo, o Cineclub Mate com Angu, o Festival FAIM, as Rodas Culturais como a do Centenário, os Saraus de Poesia do Apadrinhe um Sorriso no Parque das Missões e a Feira Livre de Caxias, aos domingos O galpão Gomeia, como é conhecido, fica no Centro de Duque de Caxias e reúne diversos grupos, entre eles o Movimenta Caxias, que compartilham e mantêm coletivamente o espaço, onde trabalham cultura, comunicação e direitos humanos. O nome do galpão é uma homenagem a Joãozinho da Gomeia, que foi uma das figuras mais importantes do Candomblé no Brasil e no mundo e era também bailarino, coreógrafo, figurinista, agitador cultural e tinha um forte trabalho social na região, popularizando como poucos a arte e as religiões de matriz Africana. O cineclub Mate com Angu é um coletivo audiovisual que deseja provocar a produção e exibição de imagens que apresentem a realidade e o modo de vida da região. O nome do Cineclub é uma alusão ao apelido da antiga Escola Proletária de Meriti, mais tarde renomeada como Escola Regional de Meriti e hoje chamada Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, que, sob gestão de Armada Álvaro

Alberto, em 1921, se tornou a primeira escola a oferecer merenda na América Latina e ficou conhecida popularmente como Mate com Angu, justamente por servir esse cardápio à comunidade que atendia na época. Em Imbariê, bairro do terceiro distrito de Caxias, acontece anualmente o Festival de Artes de Imbariê, FAIM, um festival de artes visuais e música que expressa arte e cultura da e na periferia do município, com muita força, conteúdo e beleza. A Feira Livre de Caxias, acontece aos domingos, no Centro da cidade, há mais de 7 décadas e é um uma das mais importantes expressões culturais da Baixada Fluminense, perpetuando historicamente a herança de um território marcado pela ocupação nordestina. Fazendo parte dos fins de semana da população do município, a Feira, vem se movimentando durante toda sua existência pelos momentos políticos, sociais e sanitários, como os 2 últimos anos, quando a pandemia por covid 19 interferiu diretamente em seu funcionamento. Com aproximadamente mil barracas, nas quais a população encontra praticamente de tudo e em algumas, até mesmo o escambo (troca de um produto por outro), preservando o modelo das primeiras feiras livres do país, a Feira de Caxias que é uma das maiores do Brasil, é declarada patrimônio cultural da cidade e funciona como a projeção de um resumo material de seu povo, colorido, forte, diverso e pautado na resistência.

O QUE A GENTE PRECISA PARA AVANÇAR:

NA EDUCAÇÃO

1 **Construção de projeto orçamentário de garantia do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Duque de Caxias, (PMLLLB-DC):** elaboração e execução de projeto orçamentário como fonte de recursos para o PMLLLB-DC, com percentagem contribuinte de todas as Secretarias do Governo, objetivando o estímulo à promoção cultural, educacional e ao desenvolvimento social oriundos do acesso à leitura

2 **Publicação da revisão do Plano Municipal de Educação e cumprimento da 'LEI do 1/2':** publicação da revisão do PME e cumprimento da Lei 11.738/2008 que assegura que uma parte da carga horária do professor seja destinada às atividades sem interação com alunos, como planejamento, estudo e correção de tarefas.

3 **Criação de programa de capacitação e estágio para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas:** elaboração de plano de capacitação extracurricular para os jovens do município em cumprimento de medidas socioeducativas, com vistas à inserção no mercado de trabalho através de estágios nos equipamentos públicos municipais das diversas secretarias.

4 **Criação de novas unidades e ampliação do número de vagas nas creches públicas municipais:** construção de creches municipais nas localidades que não possuem unidades e, ampliação do número de vagas onde há déficit de cobertura com adequação às especificidades dos territórios de Duque de Caxias, visando um pleno desenvolvimento na primeira infância.

5 **Plano de valorização do profissional de educação:** valorizar e estimular o profissional de educação, através de reajuste salarial ou reposição das perdas, num total aproximado de 30% e consolidação do calendário de pagamento cumprido até o 5º dia útil de cada mês e capacitação periódica.

NA CULTURA

6 **Construção de cinema público gratuito:** construção de cinema público gratuito que destinado a população que possui Número de Identificação Social (NIS) e, portanto esteja dentro do perfil socioeconômico atendido pelo cadastro único e outros programas sociais federais, estaduais e municipais, no sentido de facilitar o acesso dos moradores da cidade em vulnerabilidade, às produções de audiovisual, nacionais e internacionais.

7 **Desburocratização do uso do espaço público e incentivo as Rodas Culturais nos 4 distritos:** plano de desburocratização, incentivo e apoio estrutural a realização das rodas culturais nos territórios dos 4 distritos do Município, garantindo, facilitando e apoiando a execução dessas atividades como forma de expressão cultural e apropriação do espaço público e direito à cidade.



EIXO 03.

EIXO 03.

COMBATE A FOME E A POBREZA



“É inadmissível em um município com quase 60% do território com potencial agrícola, não existir políticas públicas que assegurem a produção de alimentos e infraestrutura nos territórios rurais para promover o combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional”

Bia Carvalho
Coletivo Terra, Assentamento Terra Prometida
e vereadora na Câmara Popular de Duque de Caxias

COMBATE À FOME E À POBREZA

Como segunda cidade mais rica do Rio de Janeiro e que possui a maior refinaria da Petrobrás no mundo, Caxias, definitivamente não é uma cidade pobre mas sim extremamente desigual socialmente. No contexto da erradicação da fome e da pobreza, é necessário enxergarmos a Baixada Fluminense como uma das regiões mais vulneráveis do estado e que nos últimos anos se apresenta como um exemplo expoente do empobrecimento acelerado da população de nosso país, relacionando diretamente a condição de extrema pobreza, à fome. A crise política e econômica a partir de 2015, foi agravada com a chegada da pandemia de covid 19 em 2020, aprofundando o quadro de pobreza e extrema pobreza no Brasil.

Duque de Caxias possui produto interno bruto per capita de R\$49.295,96 (2019) e um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,711 (IBGE, 2021), isso demonstra que a cidade possui um PIB tão expressivo e um IDH tão ruim, está relacionado a má gestão dos recursos e das construções políticas municipais.

O direito à alimentação, é previsto na Constituição de 1988⁹ e na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), sancionada em 2006 que definiu Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como sendo o direito de toda a população a acessar de forma regular e permanente alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem que haja comprometimento na obtenção de outros direitos. Duque de Caxias possui Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA-DC) e Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (DESANS), possui também Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, com 42 metas norteadoras para os programas

⁹ Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

de políticas alimentares e nutricionais e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem como função principal fiscalizar os recursos oriundos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, PNAE. Vale dizer que ações lideradas pelo bispo emérito da cidade de Caxias, Dom Mauro Morelli, expuseram o alto índice da desnutrição, sobretudo infantil, na cidade e em toda a Baixada.

É fundamental que saibamos que **um dos primeiros atos do presidente Jair Bolsonaro, foi justamente a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), e posteriormente, do programa federal de transferência de renda, Bolsa Família que deu lugar ao programa Auxílio Brasil.**

Depois de 18 anos, o Bolsa Família que contemplava principalmente famílias em situação de vulnerabilidade extrema, foi extinto pela Medida Provisória 1.061, que criou o Auxílio Brasil. Segundo o Ministério da Economia, em 2021, quando foi extinto, o programa Bolsa Família beneficiava ao todo 14,7 milhões de famílias.

Aproximar esse debate e a reflexão a respeito das políticas de segurança alimentar da população essencialmente feminina, pobre,

negra e dos pequenos produtores agrícolas, é primordial para o avanço da garantia do debate sobre alimentação saudável e acessível para todos.

A chegada da pandemia e a intensificação das vulnerabilidades impôs aos movimentos populares a luta emergencial pela alimentação, tendo sido necessária uma articulação para intervenção nos territórios de todo o país em prol da arrecadação e repasse de doações de alimentos e produtos de higiene.

O Movimenta Caxias, por exemplo, nos anos de 2020 e 2021, através de um profundo trabalho de rede, entre parcerias e voluntariado, distribuiu alimentos, Kits orgânicos e de higiene para a população diante de um momento de imensa fragilidade humana.

Antes, o trabalho do Movimenta era majoritariamente pautado no debate sobre as políticas públicas, porém a partir de março de 2020, há a compilação de um conjunto de ações emergenciais provocadas pelo projeto "Agora é a Hora" que realizou 3 operações de distribuições de cestas básicas em 14 municípios, dos quais 8 eram da Baixada Fluminense, com imensa capilaridade na cidade de Duque de Caxias, totalizando 30 bairros. Nestas ações, em parceria com o Perifa Connection, o Instituto Marielle Franco e a Ong Criola, foram atendida, 47.879 famílias com cestas básicas, transferência de renda, e o re-

passo de 29.000 cestas de produtos orgânicos, 57.576 máscaras e 1.155 galões de 5L de água potável. Em 2021, as ações prosseguiram, juntamente com a Coalizão Negra por Direitos, na campanha "Tem Gente Com Fome, Dá De Comer" que a nível nacional ao longo de 1 ano, arrecadou R\$ 24 milhões de reais e distribuiu, 158.000 cestas secas, orgânicas e cartões, resultando em 36.000 doações diretas de alimentos e cerca de 195.000 famílias atendidas.

Outros desafios no combate à pobreza,

cial, o SUAS, que organiza as políticas públicas de assistência por meio de um conjunto de serviços.

De acordo com informações do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro,¹⁰ Duque de Caxias possui estimativa de sub registro de nascimento de 13.054 ou 22,94%, sendo o segundo em sub registro civil no estado,

"estima-se que mais de 700 perderam suas casas durante a pandemia"

são as pessoas em situação de rua e as que não possuem documentação.

A falta de documentação dificulta, por exemplo, o acesso da população vulnerável ao Cadastro Único (CadÚnico) que é a ferramenta de inclusão nos programas sociais federais, dentre os quais, o de transferência de renda e habitação. O Cadastro Único é viabilizado pelo Centro de Referência da Assistência Social, o CRAS, aparelho público municipal que pertence a rede de serviços prevista no Sistema Único de Assistência So-

perdendo apenas para a capital. A população em situação de rua, que já se mostrava um problema de agravamento gradual e profundo nas últimas décadas, aumentou expressivamente no Rio de Janeiro após o covid-19. Segundo o censo de outubro de 2020, 7.272 pessoas não possuem moradia atualmente no Rio, dessas, **estima-se que mais de 700 perderam suas casas durante a pandemia, porém, dados sobre a população em situação de rua geralmente são subnotificados,** sendo um problema de dimensões muito maiores. dimensões muito maiores.

¹⁰ Leia-se pesquisa em: [https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151543/ixencontrodepoliticaparaerradicacaodosub_registroeacessoadocumentacaobasicadoestadodoriodejaneiro\(dra.robertaribeiro\)28_05_2021.pdf](https://www.mprj.mp.br/documents/20184/151543/ixencontrodepoliticaparaerradicacaodosub_registroeacessoadocumentacaobasicadoestadodoriodejaneiro(dra.robertaribeiro)28_05_2021.pdf)

O QUE A GENTE PRECISA PARA AVANÇAR:

1 Construção de equipamentos voltados ao acolhimento da população em situação de rua no 1º distrito: construção de equipamentos que acolham em especificidades e em sua totalidade a população de rua no 1º distrito, região onde se encontra uma maior quantidade de pessoas nessa situação.

2 Criação de projeto de reintegração social de pessoas em situação de rua: elaboração, implantação e implementação de projeto voltado para a reintegração das pessoas em situação de rua através da educação curricular e capacitação técnica com vistas à introdução no mercado de trabalho.

3 Construção de bancos municipais de alimentos e cozinhas comunitárias: investimento na criação de cozinhas comunitárias, restaurantes populares e bancos de alimentos municipais, abastecidos com produtos da agricultura familiar, envolvendo comerciantes, movimentos populares e lideranças territoriais com objetivo de abastecimento e redução de desperdício.

4 Utilização da produção agrícola de Duque de Caxias na merenda de 100% das unidades de ensino municipais: construir e ampliar projeto em prol da segurança alimentar nas escolas, através de parceria entre a secretaria municipal de educação e os produtores agrícolas locais para que a merenda escolar privilegie alimentos saudáveis e orgânicos, estimulando tanto a produção agrícola no município, quanto a educação e segurança alimentar, de forma que 100% das unidades educacionais municipais, sejam atendidas pelo projeto.

5 Desburocratização do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em âmbito municipal: criação de espaços de debates, elaboração e monitoramento de estratégias no Município que desburocratize as ferramentas do SUAS, considerando a territorialidade e suas especificidades, garantindo a compreensão e o acesso não político partidário e, portanto, horizontal e universal, aos programas do Sistema Único de Assistência social.

6 Criação de um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) Itinerante: criar um CRAS itinerante que facilite o acesso dos moradores dos territórios dos 4 distritos de Duque de Caxias as políticas e instrumentos garantidores de direitos pela assistência social básica.

7 Construção de plano Municipal de atuação pela diminuição e eliminação do sub registro: construção de diversas ações, incluindo mutirões a partir da parceria entre a Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no sentido da diminuição e eliminação do registro tardio.



EIXO 04.

MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

EIXO 04.

“Olhar para as consequências da crise climática, é compreender o funcionamento do racismo que estrutura todos os privilégios de nossa sociedade. Até porque se há pessoas privilegiadas, então há pessoas prejudicadas, a depender do seu CEP, isto é, Racismos Ambiental”

Juam Ferreira
Ativista climático, militante do Movimento Caxias e do MNU

MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Com aproximadamente grande parte de seu território de áreas verdes, Caxias enfrenta o desafio de se desenvolver economicamente ampliando a industrialização e a geração de empregos, de forma sustentável, em equilíbrio ambiental e estímulo a agricultura Para isso é preciso formular estratégias que enfrentem a complexidade de criar políticas que respeitem e preservem o meio ambiente e atendam as expectativas e necessidades dos contextos urbano e agrícola, propiciando o combate ao racismo ambiental¹¹ e suas consequências para a vida de quem vive em favelas, periferias, comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

A sociedade civil de Caxias, vem enfrentando uma luta pela preservação do Campo do Bomba¹², que é uma planície fluvial de quase 3 milhões de metros quadrados, dividindo a Área de Proteção Ambiental (APA) São Bento, criada em 1997 e que funciona como uma espécie de amortecedor natural de enchentes, já que em época de cheia retém as águas dos rios Iguaçú e Sarapuí.

Um dos episódios mais graves e urgentes no que tange meio ambiente em Duque de Caxias, é o objetivo do governo municipal de **aterrar o Campo do Bomba, para construir no local um centro de abastecimento. A**

¹¹ Lima, Mariana. Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são?: <https://www.politize.com.br/racismo-e-injustica-ambiental/>

¹² Figueiredo, Ingrid. As batalhas por trás do aterramento do Campo do Bomba: Leia mais em: <https://vejario.abril.com.br/puc-rio/aterramento-campo-do-bomba/>

decisão se contrapõe a estudos que indicam que o aterramento pode resultar em várias consequências desastrosas para a região, como por exemplo, o aumento do nível dos rios que provocaria graves inundações em toda a bacia, afetando para além de Caxias, os municípios de Nilópolis, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Mesquita e elevaria também, o nível de umidade do ar, possibilitando problemas respiratórios a população dessa região. O Ministério Público Federal precisou intervir, paralisando o aterramento que já havia sido iniciado pela prefeitura. É válido ressaltar que as enchentes na Baixada Fluminense já configuram um problema histórico e recorrente que não é enfrentado transversalmente através de estratégias capazes de gerar soluções eficazes para a população afetada e que tendem a se agravar caso o aterramento do Campo do Bomba aconteça.

Outro local de impacto ambiental e social que não obtém a devida atenção do governo de Duque de Caxias é a área do Aterro Sanitário de Jardim Gramacho, localizado no bairro de mesmo nome no 1º distrito de Caxias. O maior lixão da América Latina por 3 décadas foi fechado às pressas duas semanas antes do início da Rio+20¹³, a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em 03 de junho de 2012.

A existência do Lixão, há 30 quilômetros das praias dos cartões postais do Rio, não teve um enfrentamento planejado e pautado em políticas modernas e consistentes de resíduos que deveriam pautar a preservação do meio ambiente, acolher a população do entorno e todos que tiravam seu sustento do aterro, como as inúmeras cooperativas existentes por lá na época do fechamento.

Atualmente, no local do antigo Lixão, existe uma usina de produção de gás metano que abastece a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), por conta do abandono local, o transbordo de lixo continua a fazer parte do cenário do bairro.

Desde o fechamento do aterro às pressas, os catadores perderam sua única fonte de renda e foram expostos a uma realidade de ainda mais vulnerabilidade e incertezas.

A gestão de resíduos é uma questão urgente diante de um planeta com 8 bilhões de pessoas, que produzem por dia mais de 1 quilo de lixo por pessoa. A violência ambiental e social vivenciada pela comunidade de Jardim Gramacho, ainda hoje, 10 anos após o fechamento do Lixão, fez do bairro um bolsão de pobreza extrema conhecido mundialmente por materializar as inúmeras carências perpetuadas pela desigualdade.

¹³ Briso, Barreto Caio. Gramacho: A Cidade do Lixo parada no tempo há 30 quilômetros da praia de Copacabana: <https://apublica.org/2022/03/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana/>

SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

Em meio aos debates provocados pela metodologia de construção da Agenda Caxias 2030 para reflexão de conjuntura e formulação de diagnósticos sobre a cidade, o saneamento básico foi a necessidade mais apontada como urgente pelos territórios de todo o município. Isso nos direciona para um velho problema de Duque de Caxias, que é um dos maiores impedimentos do desenvolvimento urbano com qualidade no Brasil, que é a falta de saneamento básico e os impactos diretos gerados na saúde pública, mercado imobiliário, turismo, entre outros aspectos sociais relevantes. Segundo o Instituto Trata Brasil, 100 milhões de pessoas não têm acesso ao saneamento básico e somente metade do esgoto coletado é tratado no país.

Precisamos considerar os princípios de justiça socioambiental ao objetivarmos o desenvolvimento urbano e a construção de políticas e metas que respeitam as demandas populacionais, no sentido de terem direitos iguais de acesso aos recursos naturais fundamentais à preservação da saúde e dignidade humana. O panorama acerca do saneamento na Baixada é desalentador, dos 20 piores municípios do ranking do

Saneamento 2022 do Instituto Trata Brasil, 4 são do Rio de Janeiro e todos são da Baixada Fluminense. **Duque de Caxias ocupa o 90º lugar sobre saneamento, no ranking constituído por 100 municípios. A cidade está há 8 anos entre as 20 piores em saneamento básico e é a pior colocada entre os 4 municípios da Baixada Fluminense presentes na lista dos 20 piores em saneamento.** Em Caxias, de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS, 2019), apenas 23,47% da população tem acesso à rede de esgoto e a coleta de resíduos domiciliares atende 99,89% dos moradores. A cidade não possui coleta seletiva de lixo.

Em meio a pandemia do novo coronavírus, esse panorama foi ainda mais desafiador, já que a água se tornou um direito ainda mais valioso por conta da necessidade máxima de higienização. Neste período, o Rio de Janeiro enfrentou um polêmico processo de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE). Em março de 2020, por apenas cinco dias de levantamento de denúncias, a Defensoria Pública do Estado, mapeou 140 localidades

que não tinham acesso à água, apontando para a urgência de consolidar um plano de expansão do acesso à água limpa, coleta e tratamento de esgoto e resíduos com metas, prazos e fontes de financiamento diversas para o setor.

Falar em desenvolvimento urbano é direcionar o olhar às questões de mobilidade, habitação e direito à cidade. A mobilidade em Duque de Caxias, foi pensada para viabilizar o deslocamento da população dos 4 distritos dentro a cidade para a Região Metropolitana, em especial, para a capital, Rio de Janeiro, onde grande parte da população trabalha e acessa espaços de lazer, por meio de transportes

“O transporte público da cidade, não atende minimamente às necessidades da população”

individuais e coletivos. **O transporte público da cidade, não atende minimamente às necessidades da população** em aspectos como, tarifas altíssimas, vias em péssimas condições de conservação e trânsito problemático, especialmente em horários de pico. Precisamos da revisão estrutural do transporte em Caxias que não atende respeitosamente ao povo e é comandado pelas mesmas poderosas empresas por décadas.

No que tange à habitação, a falta de políticas públicas que amparem, orientem e fiscalizem o ordenamento habitacional seguro e digno, traz consequências desastrosas para a população mais vulnerável.

Duque de Caxias não possui, por exemplo, lei que ampare o fornecimento de aluguel social ou plano municipal de habitação permanente que priorize os mais vulneráveis. Sempre que a população depende de aluguel social o executivo precisa elaborar um

decreto específico que geralmente garante o pagamento de apenas 3 meses do benefício, não atendendo minimamente a necessidade das famílias.

Um caso emblemático que se arrasta desde dezembro de 2020, para transtorno da população afetada, é o da localidade conhecida como **Beira-Beira, às margens do rio Caboclo, na favela Parque Vila Nova/ Lixão, no 1º distrito, Centro de Duque de Caxias. Beira-beira existia há aproximadamente 3 anos e por lá viviam 56 famílias em moradias de madeira que**

foram totalmente removidas pela prefeitura de Caxias no início de 2021, na culminância de um processo violento que se iniciou na semana de natal de 2020, em plena pandemia de covid-19. A remoção do Beira-beira foi justificada pelo poder público por conta da canalização do rio Caboclo, que era uma das obras previstas e herdadas do extinto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no município, um programa federal que englobava um conjunto de políticas com objetivo de crescimento econômico.

Diante das perdas das casas os moradores em parceria com o Movimento Caxias, conseguiram a mediação do Ministério Público junto ao governo do município que foi recomendado a pagar o aluguel social para as famílias removidas e acolher os moradores através da Secretaria de Assistência social e direitos humanos de Duque de Caxias, para que fossem viabilizados caminhos de habitação permanente. Porém esse acolhimento pela Secretaria de Assistência não foi cumprido até a construção desta Agenda em abril de 2022. Em negociação com o governo, a comunidade Beira-beira conseguiu o pagamento de aluguel social pelo período de 1 ano, no valor de 1/2 salário-mínimo acrescido de 50%. O pagamento será finalizado entre abril e maio de 2022 e as famílias continuam esperando soluções habitacionais que as atendam

efetivamente e permanentemente. **O caso Beira-beira ganhou destaque midiático e toda a articulação resultante desse processo, subsidiou a construção de um projeto de Lei, que diz respeito ao pagamento de aluguel social. Esse projeto foi apresentado e aprovado em votação pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, porém posteriormente, foi vetado pelo prefeito Washington Reis.**

O QUE A GENTE PRECISA PARA AVANÇAR:

NO MEIO AMBIENTE

1 Proteção do Quilombo do Bomba: criação de projeto de área de preservação ambiental do local e do patrimônio material e imaterial existente na localidade.

2 Retorno dos Conselhos Gestores para as Unidades de Conservação: garantir o retorno dos conselhos gestores das áreas de conservação para o interior das mesmas, viabilizando o poder deliberativo destes.

3 Recuperação da área do Céu no São Bento: recuperação da área do céu e instalação da sede da Área de Proteção Ambiental do São Bento, com vistas à preservação ambiental, histórica e cultural existentes na região.

4 Implantação e implementação da coleta de lixo seletiva: implantar e implementar um plano de coleta de lixo seletiva que inclua, apoio, acompanhamento e estímulo à legalização de amparo ao funcionamento das cooperativas de catadores de resíduos da cidade, oferecendo suporte às famílias que dependiam economicamente dos transbordos e aterros sanitários.

NO SANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

5 Construção de projeto de combate ao racismo ambiental: criação de projeto a ser mantido com 100% do repasse orçamentário da privatização da CEDAE para o município, com vistas à inclusão participativa das áreas mais vulneráveis socialmente da cidade, na elaboração e execução de planejamento de saneamento básico, a partir do diagnóstico aprofundado dessas regiões, que ampare o enfrentamento ao racismo ambiental.

6 Acabar com o transbordo ilegal de lixo em Xerém e em Jardim Gramacho: criação de projetos e ações de combate do transbordo ilegal de lixo em todo o município que trabalhe responsabilmente os resíduos sólidos, no sentido de promover a relação do meio ambiente com aterros sanitários, e desenvolver econômica e socialmente os territórios, adotando parâmetros sustentáveis e resilientes que busquem a reversão dos impactos nas áreas de lixões encerrados, irregulares ou conflitantes com o meio ambiente, como Jardim Gramacho e Xerém.

7 Adequação com vistas a votação, do projeto de Lei que cria o Programa de Aluguel Social no Município de Duque de Caxias: aprovar em lei o programa de aluguel social que viabilize o acesso a moradia segura a pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante a concessão de benefício monetário para custear a locação de imóvel residencial por 12 meses, podendo ser renovado por mais 12 meses se a condição de vulnerabilidade se mantiver ao final do primeiro ano e que, paralelamente, as famílias sejam acompanhadas e incluídas em programas de habitação permanente das esferas municipal, estadual e federal.

FOTOS COMPLEMENTARES

A Seguir apresentamos fotografias que representam a luta e os caminhos de resistência dos moradores de Duque de Caxias, através da organização popular e da movimentação política e social.

A Agenda Caxias é um documento que compila e simboliza os **DESAFIOS, a FORÇA, a IMAGEM, a VOZ e a ESPERANÇA** da população de Duque de Caxias.

1

MAIS EDUCAÇÃO MENOS PRISÃO

A terceira imagem foi feita na comemoração do dia das mães da unidade do Degase Criaad Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, em uma ação de doação emergencial de alimentos realizada pelo Movimenta Caxias, em 2021. Essas atividades levaram, além do alimento, acolhimento, debate acerca de direitos e políticas e reflexão sobre o território e as possibilidades e caminhos de construção de um futuro melhor para os adolescentes assistidos e suas famílias.

Na foto vemos o hoje vereador popular pelo Complexo da Mangueirinha, em Duque de Caxias, Edilson Gonçalves Souza, Dadá da Gac, trocando ideias com um jovem e sua mãe e apresentando o cartão alimentação que seria doado.

Não acreditamos em punitivismo, em políticas de encarceramento que só viabilizam estruturas racistas e elitistas de criminalização da pobreza. Acreditamos em políticas públicas inclusivas e justas que nos promovem socialmente. Nossa aposta é na educação e não na prisão!

2

PAREM DE NOS MATAR

Na primeira fotografia vemos a Praça do Pacificador, no Centro de Duque de Caxias, durante protesto, no dia seguinte a morte das meninas Emily Victoria da Silva, de 4 anos, e Rebecca Beatriz Rodrigues Santos, de 7 anos, alvejadas e assassinadas pelo mesmo tiro de fuzil enquanto brincavam na porta de casa. no bairro Pantanal em Duque de Caxias, em 4 de dezembro de 2020. Testemunhas relatam que o disparo foi efetuado por uma viatura da polícia militar que estava no local, no momento do ocorrido. Após 1 ano e 6 meses, a investigação não foi concluída e segue sob sigilo, sem que a justiça não tenha apresentado os suspeitos

3

NEM DE TIRO, NEM DE FOME, NEM DE COVID.

A GENTE QUER VIVER!

Na segunda imagem, vemos o jovem voluntário, morador do Complexo da Mangueirinha em Caxias, amigo e parceiro do Movimenta Caxias, Marcos Gabriel Duarte da Costa Teixeira, simbolizando a força e o acolhimento existentes nas campanhas de doações de alimentos emergenciais em 2020 e 2021 que atendeu milhares de pessoas, levando o alento de ter comida no prato em um período de incertezas e medos constantes, O "Nós por Nós" foi fundamental no cotidiano dos territórios mais vulneráveis.

Gabriel esteve conosco durante toda a campanha solidária e infelizmente foi mais uma vítima da violência em Duque de Caxias, tendo sido assassinado em 1 de março de 2022.

Essa é também uma homenagem póstuma e a documentação de que o sorriso do Gabriel representa para nós, um símbolo de movimento, resistência e vida.

A gente quer viver!

**Marcos Gabriel Duarte da Costa Teixeira:
07.04.2006 - 01.03.2022**





PAREM DE NOS MATAR!

JUSTIÇA PARA EMILY E REBECCA
VIDAS NEGRAS APORTAM

REDE NACIONAL DOS FAMILIARES VITIMA DA VIOLÊNCIA DOS ESTADOS
POLÍCIA MILITAR ONTEM
POLÍCIA MILITAR HOJE

REDE DE MÃES E PAIS DA BANADA
REDE DE COMUNITARIOS CONTRA A VIOLÊNCIA

PAREM DE MATAR NOSSAS CRIANÇAS QUEREMOS JUSTIÇA
JUSTIÇA PARA NOSSAS CRIANÇAS
#PAREM DE MATAR NOSSAS CRIANÇAS AMAMOS VCS
PAZ JUSTIÇA
VIDAS NEGRAS APORTAM

COMUNITARIOS HOJE CHORA POR EMILY E REBECCA
EMILY E REBECCA
JUSTIÇA
SÓ QUEREMOS JUSTIÇA EM NOSSAS COMUNITARIOS



Marcos Gabriel Duarte da Costa Teixeira
★ 07/04/2006
+ 01/03/2022

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Daniela da Silva Lopes
Maylon da Silva Rodrigues
Vitor Lourenço Baiense

COORDENAÇÃO METODOLÓGICA

Bruno Henrique de Souza Nunes
Maylon da Silva Rodrigues
Vitor Lourenço Baiense

TEXTO

Daniela da Silva Lopes
colaboração de Ana Carolina
Pereira de Oliveira

PESQUISA e REVISÃO

Ana Carolina Pereira de Oliveira
Christian Basilio
Daniela da Silva Lopes

IMAGENS

Beatriz Domingos
Laís Dantas
Carolina Brandão

REALIZADORES



MOBILIZAÇÃO E DEBATE POPULAR

Bruno Henrique de Souza Nunes
Christian Basilio
Daniela da Silva Lopes
Maylon da Silva Rodrigues
Vitor Lourenço Baiense
Edilson Gonçalves
Israel Paulo de Andrade
Simone Souza Pereira
Lindomar Machado de Almeida
Zélia Maria Marques
Valmir Farias de Almeida
Simone Souza Pereira
Sheila Cristina da Silva
Samuel Jordan da Silva
Wagner da Silva Menezes
Maria do Carmo
Maria da Conceição Cotta Baptista
Leny Claudino
Jairo dos Santos Silva
Elaine Freitas de Oliveira costa da
Cyntia Matos Pereira Irineu
Ana Carolina Pereira de Oliveira
Diego Fabio Santos de Jesus
Ruth Maria dos Santos Duarte
Ana Beatriz de Carvalho
Shirley de Oliveira dos Santos

APOIADORES



PROJETO GRÁFICO, EDITORAÇÃO E FINALIZAÇÃO

Beta Nunes

INSTITUIÇÕES COLABORADORAS DAS PROPOSTAS

Sindicato Estadual de Profissionais da Educação Núcleo Duque de Caxias

Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Municipal para a População em Situação de Rua de Duque de Caxias (CIAMP Rua)

Reverenda Kaká Omowalê - Igreja Metodista Africana Episcopal RJ

FORAS- Fórum de oposição e resistência ao shopping

PARCERIAS



BIBLIOGRAFIA

AGENDA BETINHO ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2020 Segurança Alimentar e Nutricional (SAN); <https://uploads.strikinglycdn.com/files/44a038f4-8c4e-4462-92d8-336d72dad6f3/AgendaBetinho2020.pdf>

Briso, Barreto Caio. Gramacho: A Cidade do Lixo parada no tempo há 30 quilômetros da praia de Copacabana: <https://apublica.org/2022/03/gramacho-a-cidade-do-lixo-parada-no-tempo-a-30-quilometros-da-praia-de-copacabana/>

Censo Escolar- educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e finais –, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos – EJA, 2021) <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Decisão liminar de Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental/ ADPF nº 635 <http://www.mprj.mp.br/adpf-635>

Erradicação do Sub-Registro- Corregedoria Geral da justiça: <https://cgj.tjrj.jus.br/projetos-especiais/sub-registro-civil>

Figueiredo, Ingrid. As batalhas por trás do aterramento do Campo do Bomba : Leia mais em: <https://vejario.abril.com.br/puc-rio/aterramento-campo-do-bomba/>

Florentino, Giselle. Rodrigues, Monique: Quilombo Hidra de Iguassú: Memórias e Resistências na Luta Contra as Violações do Estado: IDMJR <https://dmjracial.com/2021/04/30/quilombo-hidra-de-iguassu-memorias-e-resistencias-na-luta-contra-as-violacoes-do-estado/>

G1 site de notícias, Vela como cidades brasileiras podem ser afetadas pelo nível do mar com alta temperatura, segundo pesquisa: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2021/10/14/veja-como-cidades-brasileiras-podem-ser-afetadas-pelo-nivel-do-mar-com-alta-da-temperatura-segundo-pesquisa.ghtml>

Goulart, Fransérgio. Florentino, Giselle: Abolição das Polícias, Uma Pesquisa de Opinião sobre Segurança Pública, 2021. <https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2021/04/Abolicao-das-Policias-4.pdf>

Haikal, Abdul. Lurdinha Site de Notícias, Duque de Caxias: mobilidade urbana e caos: <https://lurdinha.org/site/duque-de-caxias-mobilidade-urbana-e-caos/>

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB: <https://novo.qedu.org.br/municipio/3301702-duque-de-caxias>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira <https://www.gov.br/inep/pt-br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estados e Cidades, Duque de Caxias <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/duque-de-caxias.html>

Instituto Humanitas Unisinos, Combate a Fome: o desafio de equacionar problemas estruturais. Entrevista Especial com Dom Mauro Morelli: [https://www.ihu.unisinos.](https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/520251-combate-a-fome-o-desafio-de-equacionar-problemas-estruturais-entrevista-especial-com-dom-mauro-morelli)

[br/159-noticias/entrevistas/520251-combate-a-fome-o-desafio-de-equacionar-problemas-estruturais-entrevista-especial-com-dom-mauro-morelli](https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/520251-combate-a-fome-o-desafio-de-equacionar-problemas-estruturais-entrevista-especial-com-dom-mauro-morelli)

Instituto Fogo Cruzado, Mais de 900 tiros nos primeiros 100 dias do ano no Grande Rio, quase 1/2 dos tiros foram em ações ou operações policiais, mostra levantamento do Instituto Fogo Cruzado: <http://fogocruzado.org.br/100-dias-grande-rio-2022/>

Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher 2021 <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=212>

Jornal Extra. Brasil teve 300 mortes violentas de pessoas LGBTQIA+ em 2021, aponta relatório: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/brasil-teve-300-mortes-violentas-de-pessoas-lgbtqia-em-2021-aponta-relatorio-rv1-1-25411201.html>

Lurdinha Site de Notícias: <https://lurdinha.org/site/?s=Cultura+em+Caxias>

Lima, Mariana. Racismo ambiental e injustiça ambiental: o que são?: <https://www.politize.com.br/racismo-e-injustica-ambiental/>

Lei de Acesso à informação: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

Lei Aldir Blanc: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2020/08/lei-aldir-blanc-de-apoio-a-cultura-e-regulamentada-pelo-governo-federal> Marques, Alexandre. POLÍTICAS DE CULTURA EM DUQUE DE CAXIAS – 3- HISTÓRICO DE MOBILIZAÇÃO: <https://lurdinha.org/site/politicas-de-cultura-em-duque-de-caxias-3-historico-de-mobilizacao/>

Melo, Igor. Vou Comprar pra perder? Aquecimento global vai agravar inundações para 2,2 milhões de pessoas na Baixada Fluminense: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/aquecimento-global-vai-acentuar-ciclo-de-pobreza-na-baixada-fluminense/#page1>

Martín, Maria. El País Brasil, A 30 quilômetros de Ipanema, a vida passa com menos de 3 reais por dia: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/11/politica/1512998294_705549.html

Ministério das Cidades- Secretaria Nacional de Habitação- Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Aceleração do Crescimento-PAC: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/manual-de-intrucoes-pac.pdf>

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: <http://portal.iphan.gov.br/>

PUGGIAN, Cleonice e RAULINO, Sebastião Fernandes, Duque de Caxias: um ambiente de Injustiças in TENREIRO, Andre (Org.) Duque de Caxias – a Geografia de um Espaço Desigual. Nova Iguaçu. Ed. Entorno, 2015.

I Plano Municipal de Políticas Públicas Para as Mulheres de Duque de Caxias, 2015 Lei 2.764 de 04/2016 <https://www.cmdc.rj.gov.br/?p=15203>

Rede de Observatórios de Segurança. Pele Alvo, a cor da violência policial: http://observatorioseguranca.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/RELATORIO_REDE-DE-OBS_cor-da-violencia_dez21_final.pdf

